

E. P. Thompson no Brasil: recepção e usos

ANTONIO LUIGI NEGRO*

Ele sempre reconheceu o débito que ele e o ofício do historiador em geral contrairam com Marx, mas hesitou crescentemente em se autodenominar um marxista. Ele preferia dizer que escrevia no interior da tradição marxista. Sempre insistiu que classe era um conceito e uma ferramenta de imenso valor para o exame das estruturas sociais, mas constantemente desacreditava de muitos dos sistemas teóricos fechados e autorreferidos que dela se valiam.

Dorothy Thompson, The Essential E. P. Thompson

Ante a chamada de *Crítica Marxista*, deparei-me com a pesquisa de Mattos (2006, 2012) sobre E. P. Thompson no Brasil. Assim, o leitor que deseja conhecer mais sobre isso possui excelente autor à breve distância. Então, busco aqui percorrer uma via com comentários que incorporam Dorothy Thompson ao debate e, em seguida, dirijo-os ao modo como E. P. Thompson foi adotado por uma rede tramada entre Campinas, São Paulo, Rio e Niterói, dos anos 1970 aos 1990. Sugiro a atual vigência de uma segunda e recente etapa, já que da recepção em rede se chega nos muitos e variados usos de Thompson, que se distingue por sua articulação em nível nacional (dado o crescimento da pós-graduação). Indicativamente, cumpre assim apontar para o mestrado em História de Cândido (2002) – dos primeiros

* Professor de História na UFBA. E-mail: negro@ufba.br

defendidos no Ceará –, o qual (sem pedir licença a Rio ou São Paulo) estudou *A formação da classe operária inglesa* a fim de compreender o giro de Thompson para o século XVIII, guinada que subverte o foco habitualmente reconhecido como pertinente ao conhecimento do processo de formação da classe operária, aquele em que – presume-se – a classe trabalhadora corresponde ao modelo de sua consciência de classe.

Thompson e a tradição marxista

Na coletânea que reúne o E. P. Thompson essencial, sua esposa e interlocutora Dorothy – militante comunista, mãe e historiadora – comete indiscrição conjugal ao revelar uma provocativa pergunta de seu marido: “seria estranho – não seria? – se tudo sobre o que temos falado fosse, ao longo dos séculos, a luta dos pobres contra os ricos” (Thompson, 2001, p.x). Pode parecer estranho um Thompson relutante em aceitar ser um marxista, justo no que lhe é essencial, preferindo declarar que escrevia no interior da tradição marxista. Justamente, sua recepção no Brasil guarda relação direta com o que ele dizia ser uma tradição. Para o entendimento desta última, é expressivo o pós-escrito de seu primeiro livro *William Morris. Romantic to Revolutionary*. Neste, Thompson abre suas mãos vazias de “conceitos talismânicos”, aqueles que fazem “identificar instantaneamente se a teoria de referência de qualquer pessoa ou grupo é ‘burguesa’ ou ‘revolucionária’”. Atesta também a inexistência de “uma única, ‘correta’, ortodoxia socialista imanente” (Thompson, 2011, p.39). Deste modo, a tradição romântica abraçada por Morris “não deve ser definida nos termos de suas características tradicionais” (Thompson, 2011, p.52) – conservadora, regressiva, escapista, utópica, subjetivista, idealista –, pronta para sucumbir ante a mais bem acabada estratégia possível. “Isso significa dizer que a crítica moral ao processo capitalista convergia para conclusões concordantes com a crítica de Marx”. Se coube a Morris estabelecer a junção, não foi como alguém que “tornou-se um marxista”, mas como alguém que combinou influxos. Morris não era um alienado cujo pensamento carecia de recursos externos para uma teoria crítica, dependente “da difusão dos escritos de Marx e Engels” para dotar-se de espírito indagativo. Não era um “convertido ao marxismo”. Morris era um “pensador socialista original” (Thompson, 2011, p.38 e 53).

Igualmente, Thompson volta-se para o marxismo como uma tradição, ou seja, um conjunto de referências que são comungadas ao mesmo tempo em que são interpretadas de forma mutante e heterogênea, em um dado contexto, de acordo com circunstâncias particulares (Batalha, 2000, p.194). É, aliás, de se notar que o termo francês *marxisant* – bastante usado pelo casal – lhes serviu para designar autores que, embora situados no interior da tradição marxista, não abonam sua validade sempre em Marx (Thompson, D., 2004b, p.230). Não por acaso, Dorothy Thompson (2004c, p.249) é explícita ao dissentir do “cânone” “historiadores marxistas britânicos”, preferindo o termo Grupo dos Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha. Nesse coletivo, Dona Torr polemizava com os “tal-

mudistas”, aqueles “que queriam conduzir cada discussão através de referências aos textos sagrados dos escritos de Marx e Engels” (Thompson, D., 2004c, p.247). Logo, recusa-se o marxismo quando é

concebido como um autossuficiente corpo doutrinário, completo, internamente consistente, e inteiramente concluído num conjunto particular de textos, seja de Marx (jovem ou maduro), seja de Marx e Engels; ou ainda com um adendo hifenizado, tipo -Lenin, -Trotsky, -Mao-Tse-Tung. (Thompson, 1973, p.18)

Consequentemente, certas linhagens no Brasil viram em E. P. Thompson uma leitura encorajadora para prosseguir adiante com suas investigações, sem porém fazer de seu ícone um semióforo para a congregação sectária. Se a Segunda Guerra Mundial foi, segundo Dorothy Thompson (2004a, p.215), um divisor de águas para a pesquisa lançar-se ao encontro da “história das pessoas comuns”, a luta contra a ditadura no Brasil deu mais ânimo ao interesse pelos trabalhadores. Notava-se então o incerto processo de formação da classe trabalhadora e não o seu clímax (a classe com consciência de classe). Thompson foi percebido, em dias de tremenda repressão, como uma chance para mover e arejar a pesquisa feita pelas ciências humanas. A conjuntura formada tanto com a derrota da esquerda armada quanto com a transparente – e hercúlea – força e criatividade do povo comum (ou da gente trabalhadora) dissolveu a segurança daqueles que estavam certos de que “só os marxistas possuíam a verdadeira receita para a transformação da sociedade” (Thompson, D., 2004a, p.216). Era uma oportunidade para ser abordado – e seriamente considerado – aquilo que E. P. Thompson (1987, p.62), em inspiradora passagem, frisou: a “tenacidade da autopreservação” dos de baixo, “seus traços mais robustos e desordeiros”, cuja linguagem politicamente não articulada lhes servia para conservar “certos valores – espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua –, apesar das pressões inibidoras”. Do chão das fábricas, das ruas nos bairros operários, das ruas do canalial e do engenho, dos mais variados locais – o templo e o xangô, o assentamento e a vila –, jorrava a energia que dera sangue ao cruel “milagre” econômico. Tal ímpeto não só atraiu o imaginário acadêmico como também o modificou (Chalhoub; Silva, 2009). Em suma, a espontaneidade popular, bem como sua história eram a chave para a democracia.

De modo geral, a rede disposta entre Rio, Niterói, Campinas e São Paulo alinhou sociólogos, antropólogos e historiadores em dinâmico estágio formativo e, portanto, obedeceu a um certo ritmo e cronologia. Sendo aqui impossível esmiuçá-la em detalhes, é importante afirmar que ela não se fez com um número exato de instituições, mas com os sujeitos das pesquisas, fossem os pesquisadores, fossem os sujeitos pesquisados. Com suas teses de doutorado defendidas em 1969, Michael Hall e Peter Eisenberg foram, na Unicamp, pioneiros. Em 1983, juntou-se a eles Robert Slenes que, vindo da UFF, ainda orientava o mestrado em História de Sidney Chalhoub. Em paralelo, Maria C. Paoli (que foi orientada por

Hobsbawm no doutorado) e Elisabeth Souza Lobo teciam os seus achados. Por sua vez, antropólogos do Museu Nacional, no Rio, obtiveram seus mestrados e doutorados ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Longe do Rio e de São Paulo (e assim esticando a rede), um de seus pontos nodais foi Pernambuco, em particular a Zona da Mata, com suas usinas açucareiras, e o grande Recife, com suas fábricas têxteis. Slenes (1988, p.287), ao expor o livro de Eisenberg, *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910* (1977), explica que a modernização capitalista da lavoura se fez com o protagonismo de “antigos senhores de engenho” que, ao somarem “poderio econômico” a “domínio político”, mantiveram “com sucesso sua posição social privilegiada”, sendo bem-sucedidos no ato de submeter trabalhadores, livres ou cativos, a miserável proletarização. Sem deixar de reconhecer que Eisenberg “não foi o primeiro a enunciar essa tese”, Slenes (1988, p.286) observa a documentação “detalhada e contundente”. Em acréscimo, além de seu conhecimento da história econômica e transnacional do açúcar, Eisenberg fazia a ponte entre trabalho livre e escravo. Ao chamar a atenção para a racionalidade e a cultura do trabalhador livre ou escravo, Eisenberg os retirava do esquecimento e os apresentava de modo inusitado, como sujeitos históricos contemporâneos um do outro.

“O que de fato fui lendo no entremeio das primeiras idas ao campo” feitas para o doutorado, em meados dos anos 1980 (sob a orientação de Lygia Sigaud), esclarece Leite Lopes, “foi o livro de E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*”, no qual enxergou “a hipótese da importância do passado, da memória, da história incorporada para a possibilidade de criação do novo”. Intrigando ele e sua companheira Rosilene Alvim, os trabalhadores de Paulista (PE) pareciam pular para dentro das páginas do livro de Thompson após a pesquisa de campo, no final do dia. Na jornada seguinte, de volta às entrevistas, os mesmos trabalhadores pareciam reescrever sua história, com sua presença, memória, narrativa e desenvoltura. E persuadiram ambos a respeito da proposição inédita – e polêmica – de *The Making*: inverter “o senso comum, inclusive o acadêmico”, atribuindo

o protagonismo não ao polo moderno da transformação capitalista, a fábrica e seus operários, mas àqueles aos quais tais mudanças estavam deslocando e destruindo. Eram eles: os artesãos, os trabalhadores rurais e os camponeses, os trabalhadores a domicílio. (Leite Lopes, 2011, p.588)

Parafraseando Leite Lopes (2011, p.590), o argumento thompsoniano sobre a relevância tanto “do peso do passado nas disposições presentes dos trabalhadores” (com que a pesquisa antropológica se deparou) quanto “da importância de sua experiência”, tinha muito a ver com o que não só Rosilene Alvim e ele próprio, mas também Lygia Sigaud e Moacir Palmeira haviam anotado ao conhecerem de perto os trabalhadores da área canavieira pernambucana. Em diálogo com E. P. Thompson, Sigaud (1979, p.29, 141, 203, 222) elegeu “a categoria nativa

‘direitos’ como centro de sua análise, como marcador do tempo histórico e como operador central na vida cotidiana na área estudada” (Leite Lopes, 2009, p.261), atitude crucial para seu livro *Os clandestinos e os direitos*. Paradoxalmente, numa região nevrálgica para qualquer possibilidade de transformação social em nosso país, os direitos, em riste, marcavam a arena. Certo nos seus alvos, o Golpe de 1964 em Pernambuco “atingiu em profundidade as organizações dos trabalhadores” (Sigaud, 1979, p.12-14). Lideranças, ativistas, sindicatos e ligas camponesas foram perseguidos sem cessar. Mesmo assim “os tempos de Arraes” não foram liquidados; e foi “exatamente a continuidade das lutas pelos ‘direitos’ durante todos esses anos” (de 1963 a 1979) que a permitiu “compreender como os acontecimentos de outubro” de 1979 – a greve nos engenhos – se originaram e evoluíram. Os “direitos” pontuavam com força a história dos trabalhadores da zona açucareira estudada e também a pesquisa de uma vida inteira, no caso de Lygia Sigaud. Nesse sentido, Leite Lopes registra a sua presença marcante em um dos últimos escritos de Sigaud:

os direitos, seis anos depois de sua outorga [em 1963], eram um tema que se impunha nas conversas: os patrões se queixavam do peso das obrigações trabalhistas na folha de pagamento e se diziam incapazes de cumprir a lei; *os trabalhadores* se serviam dos *direitos* para periodizar e interpretar sua história recente (os tempos “antes” e “depois” dos *direitos*), e para avaliar o comportamento dos patrões, denunciados como “sonegadores”; os sindicalistas se atribuíam a missão de difundir *os direitos*, e se apresentavam como seus guardiões. (Leite Lopes, 2009, p.262)

A “crença simbólica nos direitos” (Paoli, 1987, p.162) da parte dos trabalhadores é um fértil ingrediente para muitos despachos na encruzilhada, combinando tradições. De um lado, tem sido de valia para romper com mundos do trabalho apartados entre liberdade e cativeiro e, outrossim, serve para pensá-los além de senzalas e fábricas. Afora ser ponto de encontro entre história, sociologia e antropologia, promove interessantes contrastes e comparações entre Sul e Norte globais – e também exhibe sua validade fora dos lugares mais conhecidos pela pesquisa. Por fim, no lugar de ser uma atitude impositiva da parte de quem detém o saber, os direitos constituem meio para tensa interação entre sujeitos históricos distintos e assimétricos, no que toca aos recursos de poder. Para apagar o passado (sem mencioná-lo com o fito deliberado de produzir sua inexistência), Getúlio Vargas – e aqui cito Gomes (1988, p.26) – lidou “com os mesmos elementos básicos presentes no discurso operário desde o século XIX”, ao cabo “relidos e integrados em outro contexto” (arquitetado de cima para baixo com fartos recursos de poder, tanto os materiais quanto os imateriais). Neste plano bem urdido, foram reelaborados “o valor fundamental do trabalho” e “a dignidade do trabalhador”, antes confeccionados pelos próprios trabalhadores. Seu resultado foi a invenção do trabalhismo, que dialoga, mesmo que de maneira muda ou surda, com a luta

por direitos que a precedeu (e com a qual igualmente teve sempre de conviver). Para tal, a autora adverte o leitor estar munida de autores (e Thompson é um deles) que informaram seu entendimento “de como a construção de um ator coletivo” – no caso, a classe trabalhadora – passa por sua “lógica simbólica” (Gomes, 1988, p.19). No lugar de antecipar vestígios que só podem ganhar músculo e plenitude apenas nos exemplares evoluídos do século XX, a luta por direitos atravessa o processo histórico brasileiro.

Difusão, tradução e discussão

Os direitos, óbvio, não são tudo. Tampouco as insurreições. Slenes (2012, p.101-102) é claro nesse sentido. A vida dos senhores e das autoridades zeladoras do poder senhorial era bastante turbulenta não apenas pela (ameaça de) insurgência escrava (e o temor a ela): ela era também desafiada, com maior frequência, “por meios sutis, não obstante subversivos”. Slenes indica então que Thompson foi particularmente decisivo para Reis (1986), Lara (1988) e Chalhoub (1990) quando demonstrava que a cultura rebelde da plebe inglesa no século XVIII se camuflava em ladina prática deferencial acionada para socorrer, servir ou amansar os patrícios. “Dos anos 1970 em diante”, situa um antropólogo, “sob a influência de autores como Eugene Genovese e E. P. Thompson”, os estudos brasileiros sobre escravidão entraram também nos terreiros das religiões afro-brasileiras e demonstraram a eficácia “dos grupos subalternos em articular discursos contra-hegemônicos ou espaços alternativos de identidade no interior de estruturas de desigualdade” (Parés, 2012, p.145). Assim, o culto deixou de ser visto como um fetichismo de negros descendentes de africanos dominados por um misticismo fatalista, os quais, resignados pela religião, aceitavam a pobreza, o abandono por parte dos poderes públicos, bem como a exploração patronal com a passividade característica daqueles que esperam tudo do além.

Tendo citado os livros de Reis (1986) e Gomes (1988), vê-se – como já foi dito – que a rede de pesquisadores na qual Thompson foi inserido não se restringe a Rio e São Paulo ou a um número determinado de instituições. Não era para menos. Na Inglaterra, o fato de *The Making* ter vindo a lume com instantânea e entusiástica leitura – dentro e fora da universidade –, sendo depois imediatamente citado como um clássico; e o fato de ser lido e relido ao longo dos seus 50 anos de vida mereceram do editorial do *The Guardian* (26/12/2013) a seguinte anotação: “nenhum historiador da sociedade britânica escreveu um livro que fosse páreo para *The Making*”. O vaivém nas bibliotecas, livrarias, fotocópias e sebos – viajando nas mãos, conversas e pulsantes afetos de leitores mundo afora (o livro, na Grã-Bretanha, jamais saiu das gráficas entre 1963 e 2013) – impede qualquer tutela sobre suas linhas boas de ler. Assim, também no Brasil, para aqueles pesquisadores cuja formação foi no exterior, ou para quem lia em inglês, Thompson foi uma eleição livre e direta. Esta, enfim, ganhou mais liberdade em 1987, quando foram publicadas as traduções *Senhores & caçadores* e *A formação da classe operária*

inglesa (em adição a outras, como aquelas de Christopher Hill e Hobsbawm). Até aí o idioma era um limite não só para a leitura, mas também para os próprios receptores de Thompson no Brasil. Por sinal, as originais e inéditas proposições do artigo de Hall (1975) também tiveram de aguardar traduções para repercutir mais profundamente. Mesmo assim, até hoje pode perturbar sua crítica ao mito do imigrante radical assim como sua desconcertante afirmativa sobre os imigrantes italianos terem, até a Grande Guerra (1914-18), mais atrapalhado e enfraquecido o operariado paulista já existente (que era muito pouco branco ou europeu) do que contribuído, de fato, para suas lutas. Em contraste, duas citações em bom português estão ainda à espera de leitor que com elas dialogue: Fausto (1976, p.9) e Cardoso (1985, p.161).

As traduções de 1987 abriram um momento peculiar. Incluíram leitores e somaram-se à publicação de livros e artigos, aos 100 anos da abolição e à conjuntura política democrática. Chegaram às livrarias com autores e citações a Thompson: Caldeira (1984, p.115-116), Cunha (1986, p.17 e 24), Reis (1986), Abreu (1989, p.157), Mattos (1987, p.4,57), Gomes (1988, p.18-21), Lara (1988, p.112 e 351), Leite Lopes (1988, p.22, 52, 216 e 583), Sader (1988, p.44), Chalhoub (1990, p.23, 24), Ramalho (1989, p.78 e 210) e Souza-Lobo (1992, p.85, 86, 117, 126, 127 e 176). Em geral, essas citações ocorrem na introdução ou, seletivamente, ao longo do texto. Ao tratarem da multidão, motins da fome, luta de classes, classe trabalhadora, economia moral, hegemonia, domínio da lei, paternalismo, cultura plebeia e proletarização, mesclam os textos sobre o século XVIII com *A formação da classe operária inglesa*. Este último, a propósito, é útil para Mattos (1987) elaborar o tempo Saquarema, focalizando a formação histórica da classe senhorial, o que com certeza foi brilhante e inédito. Houve, pois, debate e pensamento, no lugar de refúgio e apego. Anos depois, concluída em 1998 com *Costumes em comum*, a tradução dos livros históricos mais importantes foi ainda integrada pela coletânea *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*.

Um número tão pequeno de livros, que resulta de um apanhado frouxo, é de qualquer sorte evidência de uma elaboração – da capa à quarta capa – nada obcecada por Thompson, que tampouco foi modismo volúvel. Ele foi recebido e, de fato, apropriado em meio à sua interlocução com vários autores e investigações. Se Reis (1986, p.30, 202) cita seus artigos duas vezes, seja por causa dos motins da fome, seja por causa da peculiar cultura dos trabalhadores africanos de Salvador, uma interessante passagem de seu livro não está referendada em Thompson precisamente porque foi recebido com outros autores (Gutman, Genovese, Hobsbawm), sendo também fundido ao ato da própria expressão autoral dos brasileiros. Os “crioulos eram mestres da dissimulação, não havia quem melhor fizesse o branco de bobo e lhe arrancasse concessões”, escreveu Reis (1986, p.176).

O caráter incompleto dessas indicações deve ser beneficiado com mais e mais títulos, a serem levantados também em periódicos, a exemplo dos números 6 e 16 da *Revista Brasileira de História* (1984, 1988), de *Trabalhadores*, do Arquivo

Edgard Leuenroth (1989-1990) e de *História Social* (que publicou o dossiê “A era de Hobsbawm”, em 1997). Feitos os acréscimos, será talvez possível notar, em algum momento entre 1987 e 1998, a recepção cedendo lugar aos usos. A propósito, registrar os livros de Gomes (1995) e Silva (1995) é uma forma de marcar com pincelada rala um instante dessa mudança. Por um lado, o fato de ambos terem saído no mesmo ano aponta – por assim dizer – para o tempo tomado entre as safras de 1987 e do pós-1995. O incitamento de Thompson à pesquisa árdua nos arquivos – o tosco método inglês de desenvolvimento – induziu à hibernação nos arquivos, numa época em que a fotocópia era o mais difuso meio de reprodução de originais.

Por outro lado, embora limitada e restritiva, a suprarreferida menção sugere a situação vivida pelas pesquisas inspiradas em Thompson. Não só não se dispunha de traduções para o português sobre o século XVIII inglês, como também, em paralelo, os estudos sobre movimento operário irrompiam o (pouco explorado) pós-1830, enquanto os sobre escravidão pareciam hesitantes em atravessar 1888. Havia razões. Em primeiro lugar, os ganhos analíticos em jogo, que, como foi dito, demandaram tempo em arquivo. Enquanto Silva (1995) demonstrou a politização dos trabalhadores do porto de Santos e o potencial das fontes depositadas na Justiça do Trabalho (confirmando as vias de Sigaud e Leite Lopes), Gomes (1995) redefiniu a investigação sobre fugas e quilombos, mostrando as rotas entre a cidade negra e o campo negro. Em relação ao movimento da pesquisa em direção ao pós-1930 era uma empreitada arriscada. Alterar o interesse num movimento operário grevista e radical – desligando-se da evocação libertária que tal impulso operava (Garcia, 1982, p.1992) – e ir ao encontro de trabalhadores migrantes vistos como atrasados (sem consciência de classe) desafiava a tese hegemônica de Weffort (1973, p.69-70) segundo quem, depois da “profunda cesura” inserta por Vargas, uma fase heroica se encerrara, com o movimento operário esquecido de sua história.

Influência abrangente

Notado em sua utilidade para reatar cesuras, Thompson foi convocado para rever o corte da história dos trabalhadores cativos e livres. Por ter investido contra “as muralhas chinesas que separam o século XVIII do XIX” (Thompson, 1987, p.111), tem encorajado as pesquisas preocupadas em perceber a formação da classe trabalhadora no Brasil. Contudo, a esta altura, os usos já vão muito variados e daqui escapam tanto por sua abrangência e multiplicidade quanto pela dispersão regional. A história social da cultura, por sua vez, abriu as portas da percepção para taberneiros, prostitutas e ladrões, o teatro de revista, um variado associativismo, incluindo a festa, a literatura, a sociabilidade, e muitas outras práticas culturais dos subalternos. Por outro lado, Thompson também tem sido de valia para o debate e pesquisa sobre populismo, trabalhismo, comunismo, lei e ordem política. Hoje em dia, por fim, os encontros do Grupo de Trabalho “Mundos do Trabalho” da Anpuh dão uma ideia dos usos em voga.

No entanto, pelo fato de os historiadores terem sido tratados com algum detalhe, cumpre encerrar com a sociologia e a antropologia. Aludindo aos problemas da “virada fenomenológica da historiografia marxista”, Adalberto Cardoso (2012) retruca que, sem ela, a história dos trabalhadores “será, sempre, a história preconcebida do proletariado consciente de seu papel histórico”. Já John Dawsey põe Thompson na roda da antropologia da performance. Ao citar Paoli (1983, p.52), ele refaz a rede enquanto cai na cana com Marilyn Monroe, pois a experiência dos boias frias de Piracicaba que conheceu “não pode ser reduzida a uma história institucional, à qual se atribui uma lógica prefixada modelarmente”. O fazer-se da classe, reafirma, “ocorre apenas na luta e não em modelos que abstraíram o chão histórico que lhes deram origem”, “descrições vazias sobre o que deve ser a classe, o sindicato, o partido, o Estado e a própria história” (Dawsey, 1997, p.215, 219).

Referências bibliográficas

- ABREU, M. *“Meninas Perdidas”*. *Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- BATALHA, C. Thompson diante de Marx. In: BOITO JR., A.; TOLEDO, C. N.; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, P. V. (Orgs.). *A obra teórica de Marx: Atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo/Campinas, Xamã/IFCH-Unicamp, 2000.
- CALDEIRA, T. P. R. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- CÂNDIDO, T. *Dos homens sendo e tornando-se: tradição e experiência em E. P. Thompson*. Fortaleza, dissertação de mestrado em História (UFC), 2002.
- CARDOSO, A. *Sociologia e História: um diálogo de surdos?* Palestra apresentada no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, 2012.
- CARDOSO, F. H. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- _____; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009.
- CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DAWSEY, J. “Caindo na cana” com Marilyn Monroe: tempo, espaço e “boias-frias”. *Revista de Antropologia*, v.40, n.1, 1997.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*. São Paulo, Difel, 1976.
- GARCIA, M. A. Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: CUNHA, M. C.; PAOLI, M. C. (Orgs.). *O direito à memória*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.
- GOMES, F. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- HALL, M. Immigration and the Early São Paulo Working Class. *Jahrbuch für geschichte von staat, wirtschaft und gesellschaft lateinamerikas*, band 12, 1975.

- LARA, S. Campos da violência. *Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- LEITE LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo, Marco Zero, 1988.
- _____. A ponta do novelo. Em busca da trajetória de Lygia Sigaud. *Mana*, v.15, 2009.
- _____. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana*, v.17, 2011.
- MATTOS, I. *Tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MATTOS, M. B. E. P. Thompson no Brasil. *Outubro*, v.14, 2006.
- _____. *Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2012.
- PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicação* (PPGAS – Museu Nacional), n.7, 1983.
- _____. *Labour, Law and the State in Brazil, 1930-1950*. Doutorado em História Social (University of London), 1987.
- PARÉS, L. Where Does Resistance Hide in Contemporary Candomblé? In: GLEDSON, J.; SCHELL, P. A. (Orgs.). *Rethinking Histories of Resistance in Brazil and Mexico*. Durham, Duke University Press, 2012.
- RAMALHO, J. R., *Estado-patrão e luta operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- REIS, J. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos malês, 1835*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SIGAUD, L. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- SILVA, F. T. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo, Hucitec, 1995.
- SLENES, R. Dizendo adeus a Peter L. Eisenberg. *Revista Brasileira de História*, v.8, n.16, 1988.
- _____. A Great Arch Descending: Manumission Rates, Subaltern Social Mobility and Slave and Free(d) Black Identities in Southeastern Brazil, 1791-1888. In: GLEDSON, J.; SCHELL, P. A. (Orgs.). *Rethinking Histories of Resistance in Brazil and Mexico*. Durham, Duke University Press, 2012.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- THOMPSON, D. Introduction. In: THOMPSON, D. (Org.). *The essential E. P. Thompson*. Nova Iorque, The New Press, 2001.
- _____. Marxismo e História. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004a.
- _____. Agendas escondidas do século XIX. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004b.
- _____. Fazendo Movimentos Sociais. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004c.
- THOMPSON, E. P. An open letter to Leszek Kolakowski. *Socialist register*, v.10, 1973.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*, v.1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Senhores & caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. SILVA, S.; NEGRO, A. L. (Orgs.). Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *William Morris: romantic to revolutionary*. Oakland, PM Press, 2011.
_____. Pós-escrito: 1976. In: DUARTE, A. L.; MÜLLER, R. G. (Orgs.). *E. P. Thompson: paixão e política*. Chapecó: Editora Argos, 2012.
WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista. *Estudos Cebrap*, n.4, 1973.

Resumo

Neste artigo, para falar da recepção de E. P. Thompson no Brasil, aponto a importância de sua esposa Dorothy Thompson e, em seguida, comento o modo como E. P. Thompson foi adotado por uma rede tramada entre São Paulo e Rio, entre os anos 1970 e 1990. Sugiro a atual vigência de uma segunda etapa, já que da recepção se chegou aos muitos e variados usos de Thompson, que se distinguem por sua descentralização em nível nacional. Nessas duas fases é possível perceber a relevância da questão, para os pesquisadores brasileiros, sobre como na classe trabalhadora a experiência não corresponde, muitas vezes, ao modelo de sua consciência de classe.

Palavras-chaves: história social; E. P. Thompson; classe trabalhadora; Brasil.

Abstract

E.P. Thompson in Brazil: reception and usage

In this article, in order to address the issue of the reception of E. P. Thompson in Brazil, it is underlined the importance of his wife Dorothy Thompson. Then, it is commented the way E. P. Thompson was adopted by a network in São Paulo and Rio, between the decades of 1970 and 1990. It is also suggested an ongoing and more recent second and new phase in which the widespread uses of Thompson are the distinguishing feature. In both of them it may be observed the relevance of how working-class experience is not a match with the class consciousness model.

Keywords: social history; E. P. Thompson; working class; Brazil.